

# **POLÍTICAS DE INCENTIVO À LEITURA E LIVRO: INTERFACES DOS PROGRAMAS ADOTADOS NO BRASIL A PARTIR DA DÉCADA DE 1990**

SELMA MARTINES PERES (UFG/CAC), ANA MARIA GONÇALVES (UFG/CAC).

## **Resumo**

O texto apresentado é decorrente da pesquisa em andamento sobre as políticas de incentivo à leitura e livro adotados no Brasil a partir da década de 1990. O objetivo central da investigação reside na análise de documentos oficiais relacionados à temática leitura e livro, como: Leis, Pareceres, Programas, Atas, e demais publicações de órgãos do governo federal. Busca-se, efetivamente, identificar os objetivos e as ações propostas por estes programas, a concepção de leitura adotada, o público alvo, os investimentos disponibilizados, etc. Neste texto, enfocamos os programas: Programa Nacional de Incentivo à Leitura (PROLER) e o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL). Orientando o estudo elegemos o seguinte questionamento: como está organizada a política de incentivo à leitura e ao livro, particularmente, o PROLER e o PNLL, implementados pelos órgãos oficiais brasileiros a partir da década de 1990? No intuito de responder a tal questionamento, analisamos os documentos oficiais: Lei nº 10.753, de 30.10.2003 – que institui a Política Nacional do Livro; o PNLL – Plano Nacional do Livro e Leitura (2006); o Decreto Presidencial n. 519, de 13 de maio de 1992, que institui o PROLER – Programa Nacional de Incentivo à Leitura. A pesquisa ancora-se nos estudos de Soares (2002), Britto (1999); Rosa e Oddone (2006), dentre outros. As informações levantadas possibilitam uma reflexão acerca do papel do Estado na adoção de programas de incentivo à leitura, pensar o impacto que tais programas têm em relação ao acesso a livros e à leitura, bem como identificar a contribuição no desempenho em leitura por parte de crianças e jovens. A relevância deste estudo concentra-se na contribuição para o debate e aprofundamento da compreensão da importância de programas de incentivo à leitura no contexto brasileiro.

## **Palavras-chave:**

Leitura, Políticas de Incentivo à Leitura, Livro.

## **Introdução**

Avaliações realizadas por agências nacionais e internacionais indicam que o Brasil vem apresentando um resultado negativo em relação à questão da leitura. O relatório 2006 do Programa de Avaliação Internacional de Alunos (PISA), criado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), confirma que o país vem piorando seu desempenho nesse quesito.

Esse exame avalia as habilidades de ler e escrever, interpretar textos, usar a escrita em situações cotidianas e opinar. Nele, os estudantes brasileiros tiveram uma média que deixou o Brasil entre os últimos colocados num ranking entre 57 países.

De acordo com os dados de 2003 do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), na prova de leitura a média geral obtida pelos alunos da 4ª série (hoje 5º ano) do Ensino Fundamental foi 169,4 pontos (em uma escala que vai até 500 pontos para todas as séries). Nessa prova exigia-se que os alunos reconhecessem o tema de um texto informativo mais simples e localizassem

informações explícitas em textos narrativos mais longos e em anúncios de classificados.

O fato é que, ainda que esse resultado tenha sido comemorado pelas autoridades, em virtude da pequena ascensão no percentual de desempenho[1], ele demarca a precariedade quanto à leitura por parte dos estudantes brasileiros. Segundo dados do próprio INEP (INEP/notícias, 2004)

"[...] dos alunos que freqüentam a 4ª série do ensino fundamental, 55% apresentam níveis de desempenho escolar considerado crítico ou muito crítico em leitura, de acordo com os resultados do Saeb 2003. [...] Já o índice de alunos no nível "intermediário" passou de 36,2% para 39,7%. Nesse estágio, os estudantes estão começando a desenvolver as habilidades de leitura, mas ainda abaixo do exigido para a 4ª série. Eles reconhecem o tema de um texto e os elementos que constroem uma narrativa. Apenas 4,8% (mesmo índice do SAEB de 2001) podem ser considerados leitores competentes e estão no nível adequado. Eles conseguem estabelecer a relação de causa e consequência em textos narrativos mais longos e distinguem efeitos de humor mais sutis". (INEP/notícias. 2004)

Em face de um cenário em que crianças, jovens e adultos lêem pouco[2] ou mal[3], em que há um déficit de bibliotecas e espaços para a prática da leitura e, ainda, que as escolas dispõem de poucos livros para os alunos, algumas medidas vem sendo tomadas nas últimas décadas, resultando em políticas de incentivo à leitura e ao livro. Nesses termos, a escola assume um papel fundamental enquanto *lôcus* de aprendizagem da leitura e da escrita e as políticas são de suma importância para o desenvolvimento das novas gerações.

Cabe ressaltar que a formação de leitores se inicia, geralmente, na escola, mas se desenvolve, também, fora dela e que a sociedade brasileira sofre as consequências de históricos processos que excluíram e ainda excluem milhares de pessoas da educação básica. O Brasil tem hoje aproximadamente 97% da população entre 07 e 14 anos na escola. Desta forma, o país tem uma oportunidade ímpar de formar uma geração que aprenda e valorize as habilidades de leitura e escrita, que tenha uma visão crítica das informações recebidas, assim como no exercício de construção de sentido para suas práticas cotidianas.

Assim, o sistema público de ensino[4] brasileiro tem pautado o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a promoção do livro e da formação de leitores. Portanto, é válido conhecermos programas e ações que tem como objetivo a formação de leitores, tais como: o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD); o PNBE (Programa Nacional da Biblioteca Escolar); o Projeto Fome de Livro (iniciativa do MEC/ Biblioteca Nacional); o PNLEM (Programa Nacional do Livro no Ensino Médio); o Programa de Formação do Aluno e do Professor Leitor e o Vivaleitura; o Programa Nacional de Incentivo à Leitura (PROLER); o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) e, ainda, as ações do fórum da Câmara Setorial do Livro, Literatura e Leitura. Neste texto, no entanto, trataremos apenas do Programa Nacional de Incentivo à Leitura (PROLER) e do Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL).

## **Leitura**

Para discutir a temática leitura faz-se necessário compreender seu conceito. A leitura está inserida num processo cultural mais amplo sendo que a própria idéia de processo pressupõe dinamicidade. Desta forma, leitura implica produção/construção de sentidos.

Segundo Soares (2002, p. 29) a palavra leitura pode assumir diferentes níveis e modos e adquire diversas possibilidades. Inicialmente a palavra ler, originada do latim *legere*, significava "contar, enumerar as letras; depois colher e, por último, roubar". Entende-se, assim, que a palavra carrega em sua "raiz pelo menos três níveis de leitura que correspondem, respectivamente, à alfabetização, à tradicional interpretação de texto e, por fim, à construção de sentido".

Para Britto (1999, p.84) a leitura deve ser entendida como ação cultural e histórica, portanto, para além do aspecto cognitivo ou afetivo.

Ler é uma ação intelectual, através da qual os sujeitos, em função de sua experiência, conhecimentos e valores prévios, processam informação codificada em textos escritos. A leitura se faz sempre sobre textos que se dão a ler, textos que trazem representações do mundo e com as quais o leitor vê-se obrigado a negociar.

Conforme este autor (1999, p.84), a leitura é "um ato de posicionamento político diante do mundo". Desse modo, é importante que o indivíduo tenha consciência sobre o processo de leitura, pois assim poderá se colocar frente às afirmações trazidas no texto, não as tomando como verdades absolutas, mas como produto. Vale lembrar que o não conhecimento do caráter político do ato de ler não extingue esse componente, mas pode levar a uma espécie de mitificação da leitura e dos textos impressos.

A leitura, ainda que aparentemente passiva, é, por sua constituição, inventiva e criativa. Assim, mergulhar no mundo da leitura e dos leitores pode possibilitar compreender as variações das condições e operações de tal invenção e criação. Nessa perspectiva, Chartier (1999, p.77) destaca que

A leitura é sempre apropriação, invenção, produção de significados. Segundo a bela imagem de Michel de Certeau, o leitor é um caçador que percorre terras alheias. Apreendido pela leitura, o texto não de modo algum - ou ao menos totalmente - o sentido que lhe atribui seu autor, seu editor ou seus comentadores. Toda história da leitura supõe, em seu princípio, esta liberdade do leitor que desloca e subverte aquilo que o livro lhe pretende impor. Mas esta liberdade leitora não é jamais absoluta. Ela é cercada por limitações derivadas das capacidades, convenções e hábitos que caracterizam, em suas diferenças, as práticas de leitura. Os gestos mudam segundo os tempos e lugares, os objetos lidos e as razões de ler. Novas atitudes são inventadas, outras se extinguem.

Nas palavras de Certeau (apud SOARES, 2002 p. 29)

"Quer se trate de um jornal ou de Proust, o texto não tem significação a não ser através de seus leitores; ele muda com eles, ordenando-se graças a códigos de percepção que lhe escapam. Ele só se torna texto através de sua relação com a exterioridade do leitor, por um jogo de implicações e de ardis entre duas expectativas combinadas: aquela que organiza um espaço legível (uma literalidade) e aquela que organiza uma diligência, necessária à efetuação da obra (uma leitura)". (apud SOARES, 2002:29)

Como se vê, a leitura é um ato plenamente interativo. Nesses termos, conhecer suas práticas e as políticas que propiciam a democratização da leitura é de suma importância.

Segundo Orlandi (1998, p.23) "não há uma forma de leitor, mas uma variedade de leitores", sendo que o leitor muda de acordo com as situações de linguagem. Aliás, pode-se dizer que não existe apenas uma variedade de leitores, mas de leituras,

particularmente quando se toma a leitura como atividade humana, portanto, criativa, inovadora e variável. A leitura, enquanto prática comporta gestos de superação, está carregada de força inventiva.

## **Políticas Públicas**

Nas últimas décadas, vários fatores vêm contribuindo para a visibilidade da área de políticas públicas. Um primeiro fator descrito por Souza (2006), diz respeito à aplicação de políticas que têm como preocupação a redução de gastos, particularmente, nos países em desenvolvimento. Um segundo, refere-se à mudança do papel do Estado que tinha suas bases em políticas keynesianas. Por último, o fator relacionado aos países em desenvolvimento, recém-democratizados, que ainda não conseguiram implementar políticas para promover o desenvolvimento econômico e reduzir os altos índices de desigualdade social.

Para esta autora por mais que se busque não existe uma única e melhor definição sobre o conceito de política pública. Nesse sentido, enfatiza que ainda que existam abordagens diferentes, geralmente, as definições de políticas públicas apresentam uma visão holística em que o todo é mais importante do que as partes. Além disso, ressalta que as políticas públicas apontam para a análise dos governos. "[...] As políticas públicas repercutem na economia e nas sociedades, daí por que qualquer teoria da política pública precisa também explicar as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade" (SOUZA, 2006, p. 24).

Desta forma, refletir sobre as políticas públicas leva a análise de questões relativas ao espaço que cada governo dispõe na definição e implementação de políticas sociais.

Em suma, entende-se política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, "colocar o governo em ação" e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real (SOUZA, 2006, p.26).

Contudo, é comum observarmos notícias que demonstram que a força das políticas sociais nacionais pode ser atenuada ou extinta em função de determinadas ações e estratégias equivocadas, por rupturas realizadas na troca de gestão e corrupção de setores, por vezes, ligados ao governo.

Por fim, as políticas públicas cumprem o papel de mediação dos conflitos existentes em uma sociedade marcada por desigualdades profundas. São produzidas a partir do embate entre as forças que compõem a sociedade e podem oscilar conforme a força dos diferenciados segmentos no jogo de poder

## **Políticas de Incentivo à Leitura**

Nas últimas décadas não faltaram programas e leis no intuito de promover mudanças culturais, que visavam melhorar o desempenho dos leitores, intervir na sua formação e, ainda, possibilitar o acesso a diferentes materiais de leitura.

A partir dos anos 1990 é possível constatar vários atos governamentais, oriundos do Ministério da Educação (MEC), e também do Ministério da Cultura (Minc), instituindo a elaboração e implantação de programas nacionais na área da leitura. Tais ações priorizavam a distribuição de livros, especialmente os didáticos, e

demais materiais de leitura em escolas e bibliotecas públicas. Percebem-se, também, ações pontuais quanto à formação de professores, ainda que de forma desarticulada.

Os discursos sobre leitura, a forma e os modos pelos quais vão sendo construídos histórica e socialmente as oscilações entre o que é dado como valor, as disputas de poder, dentre outros aspectos, potencializa vislumbrar como isso se traduz ou não se traduz em projetos e programas para a leitura, formação de leitores e acesso ao livro.

Grosso modo, pode-se dizer que essas políticas ministeriais de leitura têm como traço a descontinuidade. Vale dizer que a desarticulação e interrupção das políticas de leitura implicam o modelo de política adotado, que tem contribuído com a não formação de leitores.

### **Programa Nacional de Incentivo à Leitura - PROLER**

Após um ano de reuniões com autoridades escolares e de bibliotecas do Rio de Janeiro, empresas e a mídia eletrônica e impressa, a Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil - FNJI[5], em 1989, apresentou uma proposta de incentivo à leitura para o Instituto Nacional do Livro - INL. A proposta consistia em um plano para propagar a importância política, social e cultural da leitura.

Partiu-se da premissa de que a criação de uma sociedade leitora é da responsabilidade de todos e a base para um programa nacional de estímulo à leitura que o Estado deve se propor a conduzir. Desta forma, acreditava-se que, a partir da consciência, por parte dos atores envolvidos, do impacto que a leitura pode ter sobre o desenvolvimento do país, o rumo dessa questão poderia ser mudado nos anos seguintes. (SOARES, 2002, p. 66)

A partir das discussões sobre a importância da leitura foi criado o Programa Nacional de Incentivo à Leitura (PROLER), vinculado a Fundação Biblioteca Nacional, - órgão do Ministério da Cultura - através do Decreto Presidencial nº519, de 13 de maio de 1992.

Segundo o documento "PROLER - concepção, diretrizes e ações" (1998, p. 7) o programa passou por algumas mudanças desde sua criação em 1992. Em 1996 a nova direção da Fundação Biblioteca Nacional acabou promovendo alterações no sentido de constituir uma Comissão Nacional a partir da articulação de diferentes estudos e experiências de promoção da leitura de instituições e entidades de caráter acadêmico-universitário ou de organizações não-governamentais. A aprovação do novo Estatuto da Fundação Biblioteca Nacional, com o Decreto nº 4819, de 16 de agosto de 2003, fortaleceu os objetivos do PROLER.

O PROLER tem como objetivos promover o interesse nacional pela leitura e pela escrita, destacando sua importância para o fortalecimento do desenvolvimento da cidadania; promover políticas públicas que garantam o acesso ao livro e à leitura; articular ações de incentivo à leitura entre diversos setores da sociedade; viabilizar a realização de pesquisas sobre livro, leitura e escrita; e incrementar o Centro de Referência sobre leitura (<http://catalogos.bn.br/proler/Proler.htm>).

As diretrizes que norteiam o PROLER expressam o caráter de processo para a formação de leitores:

- Diversidade de ações e de modos de leitura [...]

- Especificidade do ato de ler, entendendo-se que atos de leitura exigem modos próprios e competências específicas.
- Articulação entre leitura e cultura [..]
- Prioridade da esfera pública, concretizando-se ações voltadas aos interesses da maioria da população leitora e não-leitora. [...]
- Publicidade da leitura, enfatizando-se que ela precisa ser tema na cena social.
- Democratização do acesso à leitura [...] (<http://catalogos.bn.br/proler/Proler.htm>).

Nota-se nas diretrizes do PROLER o respeito à multiplicidade e diversidade das práticas de leitura e de promoção da leitura, denotando relação de unidade entre leitura e cultura. Outro aspecto que merece destaque é a prioridade à educação de qualidade, visto que é compreendida como canal para a formação de leitores. Além disso, a questão da democratização do acesso à leitura ganha força. Afinal, não se pode pensar em formação e promoção da leitura sem as condições mínimas de acesso à leitura.

No que se refere à democratização do acesso a leitura, o compromisso do PROLER, segundo Soares (2002, p. 81), é

"com a democratização do acesso da maioria da população, leitora e não-leitora, à rede de informações que sustenta as sociedades contemporâneas, contribuindo para a redução dos mecanismos de exclusão, que especialmente afastam as pessoas dos direitos de cidadania".(SOARES, 2002: 81)

Para Soares (2002, p. 75) a viabilização de tais diretrizes do PROLER se dará a partir de cinco vertentes:

- 1 - Formação continuada de promotores de leitura [..]
- 2 - promoção de ações de leitura que englobam diversas práticas leitoras, por meio de encontros, cursos, e seminários que possibilitem a troca de conhecimentos e de experiências [...]
- 3 - promoção de ações estratégicas de articulação, entre parceiros, envolvendo diferentes atores sociais [...]
- 4 - produção, valorização e estímulo à criação de bibliotecas escolares e públicas [...]
- 5 - disseminação via internet de informações tratadas tecnicamente sobre o tema leitura [...].

Segundo o PROLER a formação contínua de promotores da leitura, professores e bibliotecários é de suma importância, porque tal formação pode potencializar formas de intervir na formação do leitor-aluno, bem como na própria formação dos

agentes promotores da leitura. Ressalta-se ainda, que não basta formar leitores sem que os materiais de leitura lhes estejam ao alcance. Assim, propõe-se a formação de rede de bibliotecas que possibilite o acesso aos bens culturais.

Enfim, a democratização das oportunidades de leitura e escrita implica uma mobilização que abrange diferentes setores da sociedade e um papel significativo do Estado. Desta forma, acredita-se que será possível garantir o direito de ser leitor e escritor numa sociedade complexa como a nossa. E, fazer-se leitor, tornar-se leitor, construir-se leitor não é uma tarefa de caráter individual, mas implica práticas coletivas e sociais.

### **Plano Nacional do Livro e Leitura - PNLL**

O Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL/2006) é vinculado à Fundação Biblioteca Nacional e foi instituído pela Portaria Interministerial - Ministério da Cultura e Ministério da Educação - nº. 1442. Conforme informações divulgadas no sítio do PNLL ([www.pnll.gov.br](http://www.pnll.gov.br)):

A lei n.º 10.753, de 30.10.2003, que instituiu a Política Nacional do Livro, é o instrumento legal que autoriza o Poder Executivo a criar projetos de incentivo à leitura e acesso ao livro. A regulamentação da lei permitirá a criação de instrumentos que facilitem a execução do disposto no Art. 13.º e suas alíneas, que incluem a articulação de diferentes instâncias e âmbitos governamentais e parcerias com o setor de criação e a cadeia produtiva do livro. A regulamentação da Lei 10.753 deverá apresentar o Plano Nacional do Livro e Leitura e formas possíveis para sua organização e estrutura, capazes de formular, coordenar e executar ações dessa política setorial. Para sua implantação, os Ministérios da Cultura e da Educação editaram a Portaria Interministerial n. 1442 de 10/08/2006, garantindo a estrutura e o marco legal para essa fase do processo, com a criação de um Conselho Diretivo, uma Coordenação Executiva e um Conselho Consultivo.

O PNLL configura-se na articulação de políticas, projetos, programas, ações que são empreendidas pelo Estado e sociedade no intuito de promover a leitura no Brasil. Vale dizer que o principal objetivo do PNLL é melhorar a realidade da leitura dos brasileiros, assegurando e democratizando o acesso à leitura e ao livro.

A elaboração do plano privilegiou a participação de diferentes segmentos da sociedade, entre eles: escolas, bibliotecas, entidades privadas, ONG's, voluntários e órgãos do governo. Foram realizados seminários, simpósios, fóruns, debates e demais atividades que proporcionassem a participação da sociedade. Nesse sentido, nota-se o importante papel do Estado em alavancar ações políticas no intuito de superar o cenário brasileiro em relação à leitura.

O PNLL está organizado em quatro eixos. O primeiro trata da Democratização do acesso. A proposta parte da implantação e fortalecimento de bibliotecas, implantação de novos espaços de leitura, distribuição de livros gratuitamente, melhorias das condições de acesso ao livro e à leitura e incorporação das novas tecnologias.

O fomento à leitura e à formação de leitores são os temas apontados no segundo eixo. Para tal, trata da formação de mediadores de leitura, da necessidade de projetos sociais que envolvam a leitura, da importância de estudos e pesquisas nas áreas do livro e leitura, dos sistemas de informação das bibliotecas, o mercado editorial e implantação de prêmios e ações de incentivo à leitura.

O terceiro eixo refere-se à valorização da leitura e comunicação. Este eixo aponta a necessidade de ações que conscientizem sobre o valor social do livro e da leitura; e, também ações que se convertam em políticas públicas de fomento a leitura e ao livro.

O último eixo trata do desenvolvimento da economia do livro. Este eixo propõe o desenvolvimento da cadeia produtiva do livro, fomento à distribuição, circulação e consumo de bens de leitura, apoio a cadeia criativa do livro e, por fim, a difusão da produção literária e científica no exterior. (PNLL/2006)

Concursos para reconhecer e premiar experiências inovadoras na promoção da leitura. Prêmios para ações de fomento à leitura desenvolvidas em escola, biblioteca, comunidade, empresa etc. Prêmios para identificar, reconhecer e valorizar as diferentes práticas sociais de leitura existentes.

Publicações de cadernos, suplementos especiais, seções, revistas, jornais, portais e sítios na Internet sobre livro, literatura, bibliotecas e leitura. Resenhas em jornais e revistas com lançamentos do mercado editorial. Programas permanentes e especiais na televisão e no rádio.

Participação em feiras internacionais. Programas de exportação de livros e apoio para a tradução de livros brasileiros para edição no exterior. Difusão da literatura e dos escritores brasileiros no exterior. Reedição de obras importantes, mas fora de circulação.

Em suma, o plano apresenta a preocupação quanto à democratização do acesso ao livro, o fomento e a valorização da leitura, bem como o fortalecimento da cadeia produtiva do livro.

### **Considerações Finais**

Este texto procurou desenvolver um estudo sobre as políticas de incentivo à leitura, particularmente, o PROLER e PNLL. O PROLER tem como preocupação favorecer o acesso ao livro e demais materiais de leitura. Desta forma, foram estabelecidas parcerias no intuito de ampliar o número de leitores no Brasil. Destaca-se, nessa proposta, a concepção múltipla de leitura. A preocupação do PNLL também é formar uma sociedade de leitores, para isso estabelece eixos e diretrizes que norteiam o plano.

Por fim, pensar em políticas públicas de leitura exige continuidade e investimentos. Não há como resolver o problema da leitura no Brasil com políticas que focalizam fatores isoladamente. Há que se implementar políticas permanentes que atuem de forma coordenada para o aumento do número de leitores, assim como de acesso aos materiais de leitura. Em suma, verifica-se a necessidade de mudanças mais amplas e complexas por parte do Estado, instituições e demais segmentos da sociedade.

### **Referências**

BRASIL. Lei 8.313, de 23 de dezembro de 1991. Restabelece princípios da lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Cultura - PRONAC. Brasília, DF, 23 dez. 1991. Disponível em: . Acesso em: 14 abr. 2006.

\_\_\_\_\_. Lei 10.753, de 30 de outubro de 2003. Institui a Política Nacional do Livro. Disponível em: . Acesso em: 25 abr. 2004.

BRITTO, Luiz Percival Leme. Leitura e Política. In: EVANGELISTA, A. A. M.; BRANDÃO, H.M.B.; MACHADO, M. Z. V. **A Escolarização da Leitura Literária: o jogo do Livro Infantil e Juvenil**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

CHARTIER, Roger (org.) **Práticas de Leitura**. Trad. Cristiane Nascimento. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

HOFLING, Eloísa. Estado e Políticas (Públicas) Sociais. **Caderno Cedes**, ano XXI, n. 55, nov/2001.

Relatório do Programa de Avaliação Internacional de Estudantes (PISA/2006)

(Retratos da Leitura no Brasil - CBL/BRACELPA/SNEL/ABRELIVROS)

REVESZ, Bruno. O que significa pensar na leitura como um assunto de política pública. In: **Plan Iberoamericano de lectura**. Disponível em: Acesso em: 27/01/2007.

ROSA, F.G.M. Flávia; ODDONE, Nancy. Políticas Públicas para o livro, leitura e biblioteca. In: **Ci Inf**, Brasília, 2006. V.35, n.º03, Set/Dez.2006. Disponível em: [www.ibict.br/cionline/include/getdoc.php?id=1963&article=909&mode=pdf](http://www.ibict.br/cionline/include/getdoc.php?id=1963&article=909&mode=pdf). Acesso em: 20 set.2007

SOARES, I. C. G. **Programas Nacionais de Leitura no Brasil: o PROLER e o PRÒ-Leitura (1995-2000)**. Belo Horizonte: UFMG/FaE, 2002. Dissertação de Mestrado em Educação.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 8, n.16, jul/dez, 2006, p.20-45.

---

[1] No exame de exame de leitura de 1995 a média foi de 188,3 pontos; em 1997 caiu para 186,5 pontos; em 1999 teve uma nova queda para 170,7 pontos; em 2001 a média atingiu de 165,1.

[2] O Centro de Fomento ao Livro na América Latina e Caribe (Cerlalc)/Unesco, divulgou a média de leitura de livros no mundo por habitante/ano, sendo que: FRA= 7 livros, EUA e ING = 5 livros, COL = 2,4 livros, BRA= 1,8 livros. (MinC, Fome de Livro - PNLL).

[3] O analfabetismo funcional na Suécia é de 7% considerado por seus moradores altíssimo, na Alemanha cerca de 14%, nos EUA é de 21%, na Inglaterra 22% e no Brasil atinge a casa dos 38%. (MinC, Fome de Livro - PNLL).

[4] Não só os sistemas governamentais, mas, também, não-governamentais tem investido em ações de fomento a leitura, livro e formação de leitores. Contudo, aqui nos interessa as ações propostas que se consubstanciam em políticas de Estado a partir dos anos 1990.

[5] Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil - FNJI, instituição privada sem fins lucrativos, fundada por um grupo de especialistas em literatura infantil.